



TENSÕES DISCURSIVAS: DISCURSO HISTÓRICO VERSUS DISCURSO LITERÁRIO EM MEMORIAL DE AIRES, DE MACHADO DE ASSIS

DISCURSIVE TENSIONS: HISTORICAL DISCOURSE VERSUS LITERARY DISCOURSE IN MACHADO DE ASSIS'S MEMORIAL DE AIRES

PRIMO, Érica Alcântara⁷¹.
DELGADO, Kelly Beatriz do Prado².
E-mail: ericaprimo@outlook.com

RESUMO

A palavra escrita é uma das ferramentas mais significativas para a humanidade. Desde o início da civilização, o homem se utiliza dela para registrar eventos importantes, difundir o conhecimento e, sobretudo, preservar a memória dos acontecimentos. Pensando nas diversas formas de significação que o texto escrito pode assumir, este trabalho de pesquisa volta-se para o estudo das tensões discursivas: discurso histórico versus o discurso literário (ou ficcional) em Memorial de Aires, de Machado de Assis, uma vez que, a perspectiva ideológica do historiador ao narrar os eventos históricos, segundo Roiz (2023), pode ser limitada, parcial e comprometer, assim, a objetividade do discurso. Em contrapartida, no universo ficcional de Memorial de Aires, o discurso literário ao retratar o destino dos recém-libertos com o fim da escravidão enfatiza de forma literária o que a abolição pode ter significado. Desse modo, objetiva-se com o presente estudo dialogar as possíveis conexões entre esses dois institutos, a contribuição que cada qual pode trazer, sem deixar de lado suas especificidades e a fragilidade que pode estar latente na escrita de ambos dada a carga subjetiva de quem escreve, bem como a carga ficcional de quem também o faz. Desse modo, para se criar as bases e fundamentos para a confecção dessa pesquisa, o procedimento utilizado foi o bibliográfico, voltado para o estudo de autores, críticos literários e o estudo do último romance machadiano - Memorial de Aires. O método de pesquisa utilizado foi o dedutivo com abordagem qualitativa.

Palavras-chave: Tensões discursivas. Discurso histórico. Discurso literário. Memorial de Aires.

ABSTRACT

The written word is one of the most significant tools for humanity. Since the dawn of civilization, humans have used it to record important events, spread knowledge, and, above all, preserve the memory of events. Considering the various forms of meaning that written text can take on, this research focuses on the study of discursive tensions: historical discourse versus literary (or fictional) discourse in Memorial de Aires, by Machado de Assis, since, according to Roiz (2023), the historian's ideological perspective when narrating historical events according to Roiz (2023), can be limited, partial, and thus compromise the objectivity of the discourse. In contrast, in the fictional universe of Memorial de Aires, the literary discourse, in portraying the fate of those newly freed with the end of slavery, emphasizes in a literary way what abolition may have meant. Thus, the objective of this study is to discuss the possible connections between these two institutions, the contribution that each can make, without neglecting their specificities

¹ Acadêmica do Curso de Letras do Centro Universitário de Jales (UNIJALES), Jales-SP.

² Doutora em Literatura, orientadora e professora do Curso de Letras – Português e Inglês do Centro Universitário de Jales (UNIJALES), Jales-SP.

E-mail: ericaprimo@outlook.com

and the fragility that may be latent in the writing of both, given the subjective bias of the writer, as well as the fictional bias of the author. Thus, in order to create the basis and foundations for this research, the procedure used was bibliographic, focused on the study of authors, literary critics, and the study of Machado's last novel, Memorial de Aires. The research method used was deductive with a qualitative approach.

Keywords: *Discursive tensions. Historical discourse. Literary discourse. Memorial de Aires.*

1 INTRODUÇÃO

A partir das relações entre o discurso histórico e o discurso literário (ou ficcional) procura-se estabelecer as conexões entre ambos e apresentar o questionamento se de fato esses dois institutos dialogam entre si e a contribuição trazida por cada um. Para tanto, Roiz (2023) propõe um estudo acerca das tensões que envolvem a construção do texto histórico, tendo em vista que o discurso verdadeiro filosófico e religioso, segundo ele, coexiste com tentativas de engodo e perfídia para mascarar interesses escusos de perpetuação de poder e de dominação. Nesse contexto, a presente pesquisa estabelece-se no sentido de pensar os fatos históricos a partir de pontos de vista variados por meio dos quais o pesquisador resolve narrá-los.

No início da década de 1970, como pontua o autor, a escrita da história pelo historiador estava concentrada na transposição da história narrativa para a história problema. Nesta última, o historiador selecionava o que ia ser dito, fazia um recorte da história, fazia suas escolhas por meio de um discurso subjetivo, o que acarretava o comprometimento dos acontecimentos. Em um outro momento, Roiz (2023) apresenta o estudo de Peter Burke (Roiz, 2023, p.91) procurando demonstrar a diferença entre a narrativa tradicional e a narrativa moderna sobre a história dos acontecimentos do início do século XX. Na narrativa tradicional havia a preocupação de os historiadores narrarem “os acontecimentos, o estudo da política e dos grandes homens” (Roiz, 2023, p.91). Na narrativa moderna, ao contrário, os historiadores se debruçariam “sobre as massas anônimas com outras modalidades de discurso e crítica à narrativa tradicional” (Roiz, 2023, p.91). O que se depreende é que independentemente de como o historiador vai descrever os acontecimentos históricos, cada qual limitar-se-á a um evento do passado, apresentando apenas uma versão, a sua interpretação dos fatos e não a totalidade deles. Segundo o próprio autor “o testemunho a respeito do passado... estava limitado a perspectiva do observador” (Roiz, 2023, p.95).

Ao voltarmos o debate para a seara literária, a construção da ficção, por se assemelhar à verdade e à realidade, é da ordem do verossímil “que parece verdadeiro” (Ferreira, 2018, p.779) não se confundindo, porém, com falsidade. Nesse ponto, o discurso literário pode ser entendido como uma representação estética das ações humanas expressa por uma linguagem articulada e pensada que tangencia possíveis verdades históricas. Isso ajuda a estabelecer a perspectiva histórica sobre a qual o romance machadiano será visto. Nesse sentido, podemos acompanhar de perto, em *Memorial de Aires*, o olhar de um membro da elite carioca que se volta para a grande massa de escravizados, deixando-nos entrever o seu posicionamento acerca da abolição da escravidão, além de desmascarar as reais intenções de quem se diz favorável a esse movimento abolicionista. Contudo, em *Memorial de Aires* (Assis, 1966) a narração em primeira pessoa, segundo Gledson “afeta todas e cada uma das palavras do romance” (Gledson, 2003, p.2003), o que pode levar o leitor a se questionar se o narrador é de fato confiável. A respeito da verossimilhança, Gledson (2003) adverte o leitor acerca dos motivos que levaram Machado de Assis a situar os acontecimentos de seu romance entre os anos de 1888 e 1889, período que envolve a abolição da escravidão ocorrida em 13 de maio de 1888 e prossegue até meados de 1889. O leitor se depara aqui com o fim do Império e a implementação da República. Conforme Gledson (2003), em *Memorial de Aires*, Machado de Assis decide, por meio do gênero literário diário – escolha essa que pode comprometer a objetividade do discurso, dada sua carga de subjetividade - narrar as reflexões, descrições, impressões que a personagem Conselheiro Aires, diplomata aposentado, tem das pessoas a sua volta e, de maneira moderada como sempre exigiu o seu ofício, apresenta sua opinião acerca da abolição: “Enfim, lei. Nunca fui, nem o cargo me consentia ser propagandista da abolição, mas confesso que senti grande prazer quando soube da votação final do Senado [...]” (Assis, 1966, p.51) Ainda, segundo Gledson (2003), para muitos estudiosos, essa opinião do Conselheiro Aires sintetiza a de Machado de Assis, que sempre foi comedido e inteiramente discreto. Isso foi dito mesmo com a advertência de que “é perigoso acreditar na identidade entre autor e narrador” (Gledson, 2003, p.249).

Seguindo essa linha de pesquisa acerca dos questionamentos que envolvem História e Ficção, pretende-se desenvolver este estudo levando-se em consideração que “a realidade do texto literário é uma realidade virtual” (Bittencourt, 1999, p.108) que pode figurativamente representar a realidade por meio da imitação. Com base no exposto, pretende-se averiguar se, de fato, história e literatura se entrelaçam. Para tanto, o estudo



de Roiz (2023) e Sevcenko (2003) ajudará na reflexão acerca do texto histórico e do texto literário ao traçar uma linha tênue entre a realidade e a ficção.

Portanto, a investigação conjunta das obras supracitadas e do romance machadiano *Memorial de Aires* acerca das discussões históricas e literárias será objeto de estudo dessa pesquisa científica. Além da investigação da problemática da interpretação na escrita da história a partir do ponto de vista do historiador apresentada por Roiz (2023), bem como a identificação da maneira pela qual a Literatura ou, mais especificamente, o narrador de *Memorial de Aires* reconstrói a representação da realidade ou de um momento específico do desenvolvimento político e social do Brasil do século XIX, qual seja – a abolição da escravidão. Para tanto, o método de pesquisa a ser utilizado será o dedutivo, o procedimento será o bibliográfico, tendo a abordagem qualitativa como norteadora deste estudo.

2 DESENVOLVIMENTO

Roiz (2023) propõe uma reflexão acerca das tensões que envolvem o discurso na construção da história e no decorrer da história. Ele apresenta o tripé verdade, utopia e sentido definidor da humanidade que durante muito tempo foi responsável por embasar o “discurso verdadeiro” promovido por um grupo minoritário detentor do poder e do saber que ditava as ações e decisões humanas como agente de dominação, silenciando e impedindo a grande massa de assumir a sua participação ativa na história, tendo em vista que o saber sempre lhes fora negado.

Nesse contexto, Roiz (2023) apresenta a problemática da interpretação na escrita da história, fazendo-nos pensar a construção das narrativas históricas a partir de pontos de vista variados ou do ponto de vista dos modelos narrativos por meio dos quais o pesquisador resolve narrar a história.

Friedrich Nietzsche, segundo Roiz (2023), foi precursor em questionar a produção do conhecimento e a própria realidade interpretada e representada pelo discurso narrativo do conhecimento histórico. Assim, Roiz (2023) revela críticas de Nietzsche ao tipo de história científica produzida nos anos de 1860 e 1870 nas universidades alemãs, tendo em vista que as práticas científicas embasavam a escrita da história acadêmica por meio dos procedimentos metodológicos voltados aos seus próprios princípios e valiam-se de meios tradicionais para caracterizar o passado sem a devida criticidade. Nesse contexto, segundo o autor, a história era tida como “seca, fria, vazia, objetiva e dura [...] recusava-se (...) aos

arrebatamentos e aos infortúnios da vida” (Roiz, 2023, p.113). Nesse ponto, percebe-se que a aproximação da história com a literatura deixaria antever as emoções mais profundas da natureza humana.

É importante ressaltar que o filósofo não seria contrário à lembrança histórica, muito ao contrário, ele afirma que “o homem deixaria de ser homem sem história” (Jaspers *apud* Roiz, 2023, p.116). A grande crítica é a de que a pesquisa histórica apresentaria apenas a representação do passado, a interpretação acerca dos fatos e não o acontecimento em si. Assim, a crítica volta-se aos historiadores por demonstrarem ser detentores de um saber que podem não possuir ao representarem a realidade com sua carga de subjetividade. Isso nos leva a repensar a forma pela qual a escrita se constitui e a intencionalidade dos historiadores quando da sua produção.

Outro ponto de destaque apresentado por Roiz (2023) seriam as contribuições que romancistas como Gustave Flaubert, Charles Dickens, Thomas Mann poderiam trazer para a pesquisa histórica, ou como os romances desses escritores poderiam servir para se pensar a história, sem descuidar que a verdade histórica ocuparia dentro da narrativa literária um plano secundário como a ambientação em determinado momento do enredo. É sabido, contudo, que esses nomes das Letras, por meio de seus romances, são representantes do século XIX e do começo do século XX e construíram suas narrativas por meio das interpretações que faziam acerca da sociedade e da realidade da sua época, procurando retratar uma narrativa realista. Roiz (2023) adverte que os historiadores e os escritores de ficção constroem, assim, representações muito particulares da história, o que impede o tratamento objetivo do passado. Em Dickens, como observa o estudioso, encontra-se a subjetividade da realidade circundante do romancista: “[...] tanto quanto exagerava os vícios de seu país tão imperfeito” (Gay *apud* Roiz, 2023, p.136).

Voltando-se o estudo da presente investigação para a historicidade brasileira, sobretudo acerca das tensões sociais que se faziam presentes na Primeira República, ensina Sevcenko (2003) que a implementação da ordem republicana deflagrou profundas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais, ao mesmo tempo em que fazia florescer uma nova classe social – a burguesia - ávida por riqueza, prestígio social, ostentação e luxo. “Esse é o tipo social representativo por excelência do novo regime” (Sevcenko, 2003, p.37). Importante ressaltar que no romance Memorial de Aires há a menção do fim da abolição como bem se observa: “O ministério apresentou hoje à Câmara o projeto da abolição. É a abolição pura e simples. [...] Enfim, lei.” (Assis, 1966, p. 51). Este seria o prenúncio da inauguração dessa nova ordem social estabelecida.



Assim, em Memorial, a classe ligada à Monarquia no final do século XIX, vai perdendo sua função haja vista que a essa altura “a lavoura decaiu” (Assis, 1966, p.71) e Gledson (2003) atribui a essa queda uma possível exaustão da terra como, segundo ele, sabidamente acontecia.

Pelo exposto, percebe-se o advento de um novo cenário, e a cidade do Rio de Janeiro, com o fim do regime escravocrata e a mão de obra escrava sendo substituída pela assalariada, inicia o século XX, segundo Sevcenko (2003), como uma economia forte. É importante mencionar que no final do Regime Imperial, a indústria brasileira começou a desenvolver-se devido à riqueza produzida pelo café que foi usada na construção de indústrias e a cidade carioca passou a ser o maior centro comercial do país, tornando-se núcleo da maior rede ferroviária brasileira.

Esses novos tempos demandavam para a nova classe social que se formava uma reestruturação urbana e social, pois era necessário acompanhar o progresso. A burguesia, então, passou a reclamar a remodelação da cidade do Rio de Janeiro. Os imensos casarões do centro da cidade que abrigavam parte considerável da população pobre foram demolidos e as ruelas circundantes foram ampliadas para dar lugar a largas avenidas. O primeiro grande marco dessa transfiguração foi a inauguração da Avenida Central no ano de 1904 (Sevcenko, 2003).

Toda essa mudança ambicionada deu-se às custas da “negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas” (Sevcenko, 2003, 43). Nesse ponto, Sevcenko (2003) ao retratar a destruição da velha cidade imperial para dar lugar a um novo espaço público europeizado, é apresentado ao leitor as consequências da pressão exercida sobre as classes populares que não tendo alternativas passam a ocupar os subúrbios. É importante pontuar o crescimento exponencial da população nesse período por diversas razões: a abolição e a crise da economia cafeeira que se seguiu conduziu uma grande massa de pessoas para a cidade do Rio, sem contar o já volumoso número de escravos recém-libertos que ali se achavam; a implementação da República foi outro fator que atraiu gente de toda a parte. Os frutos mais penosos desse crescimento vertiginoso couberam à parte maior e mais humilde da população suportar.

Percebe-se que, além da história oficial que legitimava a superioridade europeia, uma nova faceta da história é apresentada, cujo protagonismo foi negado ou mesmo

silenciado aos que tiveram participação ativa na construção da história como os negros. Este estudo procura auxiliar a tentativa de se interpretar a produção do saber sob a perspectiva histórica, sem deixar de lançar um olhar acerca da produção desses mesmos elementos sob a perspectiva literária que também pode ajudar na compreensão histórica.

Para tanto, a construção do discurso ficcional e/ou literário pode contar com a participação da história enquanto elemento desse processo. Assim, a representação ganha destaque e o romancista pode servir-se de fatos ou de acontecimentos que, por natureza, sejam verossímeis e possíveis de serem representados na trama ficcional. Gledson (2003) aponta uma interpretação verossímil de Memorial de Aires ao ponderar que “o romance mostra a verdadeira história da Abolição, e não (como antigamente pensava eu que fosse) revela uma exceção à história geral” (Gledson, 2003, p. 254-255). Nesse mesmo sentido, temos no texto literário Memorial de Aires o que se observa: “Conversamos um pouco dos efeitos da abolição, e despedimo-nos.” (Assis, 1966, p.71). Percebe-se, portanto, que história é retratada sob o viés literário. Nesse contexto, Poética do filósofo grego Aristóteles serve a este estudo no intuito embasar as reflexões acerca da escrita ficcional. Por meio desta obra, o pensador desenvolve a mímese como se observa no seguinte excerto:

Duas causas naturais parecem dar origem à poesia. Ao homem é natural imitar desde a infância – e nisso difere ele dos outros seres, por ser capaz da imitação e por aprender, por meio da imitação, os primeiros conhecimentos–; e todos os homens sentem prazer em imitar (Aristóteles, 1999, p.40).

Partindo dessa tendência natural do homem em imitar, torna-se importante esclarecer que, para o estudioso, a tragédia não se configura como uma imitação de pessoas, mas sim das ações, da vida e da desventura humanas. Dessa maneira, entende-se que “o poeta é um imitador [...] E imita necessariamente [...] as coisas, tal como eram ou como são[...] e faz muitas modificações nas palavras, pois que aos poetas tal consentimos” (Aristóteles, 1999, p.70).

A arte mimética, como visto acima, apresentada pelo filósofo transfigura-se na literatura, em especial nos romances, como um instrumento particularmente eficaz para assimilar à experiência ficcional conflitos e tensões que permeavam a realidade do final do século XIX. Nesse contexto, Machado de Assis em Memorial de Aires pode ter se servido da mímese ao reproduzir comportamentos e/ou ações próprios da condição humana, nas suas personagens. É o que se depreende quando o fazendeiro tradicional do



Vale do Paraíba do Sul, o Barão de Santa Pia, que permaneceu até quanto pôde contrário à abolição, liberta seus escravos antes do dia 13 de maio de 1888: “Quero deixar provado que julgo o ato do governo uma expolição, por intervir no exercício de um direito que só pertence ao proprietário [...] (Assis, 1966, p.48). Contudo, liberta seus cativos às vésperas da abolição:

19

de abril Lá se foi o barão com a alforria dos escravos na mala. Talvez tenha ouvido alguma cousa da resolução do governo; dizem que, abertas as câmaras, aparecerá um projeto de lei. Venha, que é tempo. Ainda me lembra do que lia lá fora, a nosso respeito, por ocasião da famosa proclamação de Lincoln: “Eu, Abraão Lincoln, Presidente dos Estados Unidos da América...” Mais de um jornal fez alusão nominal ao Brasil, dizendo que restava agora que um povo cristão e último imitasse aquele e acabasse também com os seus escravos. Espero que hoje nos louvem (Assis, 1966, p.50).

O narrador de Memorial ainda levanta o seguinte questionamento sobre essa ação de Santa Pia: “Será a certeza da abolição que impele Santa-Pia a praticar esse ato anterior de algumas semanas ou meses ao outro?” (Assis, 1966, p. 49).

Esse fato desmascara verdades ocultas, pois “Machado muitas vezes usou sua ironia contra pessoas que transformavam algo inevitável em virtude” (Gledson, 2003, p.250). Ou seja, Machado servindo-se do recurso da ironia, mostra o quanto a personagem ao alforriar seus escravos, só está executando aquilo que seria inevitável e por isso anuncia sua adesão, deixando transparecer que a ação não provém de um ato de consciência.

Segundo Gledson (2003), Machado almejava representar a astúcia humana e o desenvolvimento da sociedade do final do século XIX por meio de seus romances: “[...] os romances, como um todo, pretendem transmitir grandes e importantes verdades históricas, de surpreendente profundidade e amplitude” (Gledson, 2003, p.25).

Em Memorial de Aires, publicado em 1980, o romancista faz menção à abolição da escravidão e “[...] de uma permanente e repetida incapacidade, por parte da oligarquia brasileira, de se comportar de maneira realista ou responsável, em face da mudança” (Gledson, 2003, p.27), tendo em vista que as oligarquias eram dependentes do regime escravocrata, explorador e opressivo por ser ele que sustentava a economia desse período. Por isso, “o Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão” (Lima, 2020). Como um homem à frente de seu tempo, Machado antevia a situação trágica dos afrodescendentes após a abolição, como se observa:



Parece que os libertos vão ficar tristes; sabendo que ela transfere a fazenda pediram-lhe que não, que a não vendesse, ou que os trouxesse a todos consigo. [...] Tinha graça vê-la chegar à Corte com os libertos atrás de si, e para quê, e como sustentá-los? Custou-lhe muito fazer entender aos pobres sujeitos que eles precisam trabalhar, e aqui não teria onde os empregar[...] (Assis, 1966, p.81).

Para Gledson (2003), a grande massa de negros recém libertos que trabalhava nas plantações com a queda da lavoura devido à exaustão da terra, agora seria inútil e, conseqüentemente, não teria para onde ir.

Observa-se que a visão machadiana concentrava-se nas tensões da realidade que estava oculta e “ninguém pode deixar de ver com que mistura de indiferença e desespero Machado viu o inevitável advento de uma República branca, dominada por uma oligarquia federal- isto é, com base local, nos Estados – ainda apoiada numa versão da escravidão” (Gledson, 2003, p.167).

Portanto, a visão machadiana em torno da sociedade de seu tempo descrita em Memorial de Aires, obra fictícia, pode contribuir para a compreensão da história sob o viés literário, o que permite a este estudo estabelecer relações entre os discursos históricos e literários, determinar as conexões entre eles e inferir que podem dialogar entre si por trazerem verdades que podem se complementar, mas também podem ser estudadas a partir de um novo ponto de vista, ou melhor, a partir da habilidade técnica de Machado enquanto narrador, enquanto observador realista que vai desnudando as reais intenções da elite, fazendo com que esta deixe de assumir o protagonismo que sempre exerceu no curso da história e que Roiz (2023) coloca à prova.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação possibilitou o reconhecimento de que a linguagem está no centro de toda atividade humana. A linguagem escrita, organizada sob a forma de discurso, incorpora em si as tensões que incessantemente emanam das estruturas sociais. A escrita da história se dedica a estudar o passado das sociedades e as relações que se estabelecem entre os seres humanos. Roiz (2023), por sua vez, apresenta as peculiaridades desse ofício da escrita ao assumir apontamentos que fazem os leitores pensar criticamente a respeito da construção do saber. Esse estudioso, como visto, aponta reflexões sobre a elaboração e a divulgação do conhecimento histórico, o que permitiu inferir a existência de formas veladas de dominação social, racial, cultural e econômica ideologicamente

latentes no texto dos historiadores, ao mesmo tempo em que estes engessavam a ação e o pensamento crítico das grandes massas, impossibilitando-as de assumir seu lugar de fala nesse processo. Ao apresentar esse tipo de discussão acerca do discurso histórico, este trabalho de pesquisa possibilitou traçar um paralelo com o discurso literário e dotá-lo de significados muito particulares. Nesse sentido, Sevcenko (2003) pontua que cabe ao historiador ocupar-se da realidade, em contrapartida, o romancista é atraído pela possibilidade. O discurso literário, então, ocupar-se-ia da história que não foi contada. Ele seria “o testemunho triste, porém, sublime, dos homens que foram vencidos pelos fatos” (Sevcenko, 2003, p.30), dos homens que ficaram à margem dos acontecimentos. Ainda segundo o crítico, a literatura, então, prestar-se-ia a esse papel de se alimentar da prostração e das aflições humanas estabelecendo uma relação intrínseca entre a arte e dor. É o que se pôde verificar em *Memorial de Aires*, quando a personagem Fidélia, após a morte do pai, tenciona vender a fazenda localizada na Paraíba do Sul e os recém-libertos tentam demovê-la desse intento, já que com a venda não seriam nem um pouco beneficiados.

Verificou-se, portanto, que, em *Memorial de Aires*, Machado de Assis apresenta uma visão cética acerca dos acontecimentos históricos de sua época, qual seja: a abolição. Gledson (2003) pontua a indiferença e o desprezo com que Machado via o advento da “República branca”, uma vez que, sua preocupação volta-se para essa grande massa de negros libertos.

Com base em todo o exposto, conclui-se que o discurso histórico e o discurso literário dialogam entre si por trazerem reflexões que se complementam, se articulam e são capazes de ir muito além da dicotomia história e ficção, verdade e falsidade. Nesse sentido, a prática narrativa de ambos cumpre o papel de fazer pensar os homens e de suscitar debates acerca dos acontecimentos, tendo em vista que pode haver “muitos fatos verdadeiros nas obras literárias e muita ficção em obras históricas” (Malerba, 2023, p.33).

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Poética, Organon, Política, Constituição de Atenas**. São Paulo: Editora Nova Cultura, São Paulo, 1999.

ASSIS, Machado de. **Memorial de Aires**. 3.ed. São Paulo: Editora Cultrix, São Paulo, 1966.



BITTENCOURT, Gilda Neves da Silva. O ato de narrar e as teorias do ponto de vista. **Revista Cerrados**, v.8, n.9, p.107-124, 1999.

CEVASCO, Maria Elisa. **Roberto Schwarz**: um crítico dialético na periferia do capitalismo. Belo Horizonte, 2015.

FONTES, Danielle Silva. Maiêutica-a dialética segundo socrates. **Revista Pretexto**, 2001.

GLEDSON, John. **Machado de Assis**: Ficção e História. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

LIMA, Luísa Filizzola Costa *et al.* **Falando sobre racismo**: alguns apontamentos acerca das desigualdades raciais no Brasil. 2020.

MALERBA, Jurandir. Prefácio. *In*: ROIZ, Diogo. **A Trama das Tensões Discursivas e os (des)caminhos das narrativas entre as (in)certezas da escrita da História e da Literatura no século XX**. São Paulo: Editora Alameda, 2023.

ROIZ, Diogo. **A Trama das Tensões Discursivas e os (des)caminhos das narrativas entre as (in)certezas da escrita da História e da Literatura no século XX**. 1.ed, Editora Alameda, São Paulo, 2023.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão**: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República. 2.ed. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2003.